



Eixo Temático: Políticas e Gestão Educacional

PESCA ARTESANAL E FORMAÇÃO EDUCACIONAL: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS

Tânia Olinda Lima - UNIR¹

Clodoaldo de Oliveira Freitas - UNIR²

Eliane Silva Leite - UNIR³

RESUMO

A pesquisa teve o intuito de investigar os processos de formação educacional dos pescadores artesanais do Guaporé. Para isso buscou sistematizar dados obtidos em campo, por meio de oficinas participativas e entrevistas semiestruturadas a respeito do grau de instrução dos pescadores; demandas de cursos de formação; acesso à educação e formação; dentre outros temas. O público alvo foram os pescadores artesanais associados às Colônias de Pescadores Z-3 e Z-10, localizados, respectivamente, nos municípios de Pimenteiras d'Oeste e São Francisco do Guaporé, Rondônia. Constataram-se diversos gargalos relacionados ao processo de formação educacional dos pescadores, pois a maioria apresenta-se com baixo grau de instrução, isto reflete diretamente na renda das famílias o que pode levar a evasão de jovens da atividade. Todavia os pescadores mostraram interesse em aumentar sua formação, por meio de cursos técnicos.

Palavras-chave: Colônia de pescadores; Grau de instrução; Conhecimento empírico.

ARTISANAL FISHERIES AND EDUCATIONAL TRAINING: PUBLIC POLICIES FOR THE PROMOTION OF THE SOCIAL INCLUSION OF CRAFT FISHERMEN AND FISHERMEN

ABSTRACT

The research had the goal to investigate the processes of the educational background of the artisanal fishermen of the Guaporé River. For so, data systematization was done in the field, by participative workshops and semi-structured interviews regarding the fishermen's background; to identify the demand of training courses; their access to education and development; among other topics. The target group was the artisanal fishermen associated with the fisherman's villages Z-3 and Z-10, located, respectively, in the cities of Pimenteiras d'Oeste and São Francisco do Guaporé, Rondônia. Several bottlenecks related to educational formation were found, whereas the majority shows a low level of education, this reflects directly on the income of the families,

¹ Tânia Olinda Lima, Universidade Federal de Rondônia, Rondônia, Brasil. E-mail: tania.engpesca@gmail.com

² Clodoaldo de Oliveira Freitas, Universidade Federal de Rondônia, Rondônia, Brasil. E-mail: clodoaldo@unir.br

³ Eliane Silva Leite, Universidade Federal de Rondônia, Rondônia, Brasil. E-mail: esilva2308@gmail.com



which could lead to school evasion of the young people working in this activity. However, the fishermen showed interest in increasing their levels of education, with technical courses.

Keywords: Fishermen's village; Educational background; Empirical knowledge.

1 INTRODUÇÃO

Por meio do Decreto nº 10.408 foi instituído em 2004, no âmbito do Governo Federal a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais - PNPCT, que sofreu alterações em 2006. O intuito era estabelecer uma política específica para avaliar, propor e harmonizar princípios e diretrizes das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento sustentável desses segmentos sociais nas esferas federal, estaduais e municipais. A PNPCT foi construída com ampla participação da sociedade civil e determinada pelo Decreto nº 6.040 de fevereiro de 2007.

As expressões “populações tradicionais”, “comunidades tradicionais” de acordo com Almeida (2006) são representações de seringueiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, indígenas, quilombolas, ciganos, pomeranos, geraizeiros, povos de terreiro, comunidades de fundo e fechos de pasto, faxinalenses, pantaneiros, dentre outros grupos sociais tradicionais.

As identidades estão respaldadas pelas ancestralidades vinculadas a identidade de pertencimento, pela memória social, voltada aos saberes e práticas tradicionais, havendo sempre uma identidade preponderante, e sempre podendo ser acionada, somada de maneira coletiva ou individual, levando em consideração circunstâncias histórico-conjunturais, grupos de interesse e interlocutores (FILHO, 2015). Portanto, ao considerarmos o trato da etnicidade verificamos que tanto a interação, quanto a formação social está inclusa nas dimensões inter-intrapessoais e inter-intraculturais.



Diante desse fato a etnicidade de cada povo tem o poder de movimentar, caracterizar e cravar a importância de suas peculiaridades o que enriquece a permanência dos saberes e conhecimentos que são enraizados pelas suas tradições historicamente.

Para Amado (2007) as ciências da educação e do conhecimento são práticas antigas, contribuindo para o processo de desenvolvimento da sociedade, todavia, existem diversos gargalos e lacunas na contemporaneidade. Quanto aos relatos históricos da construção do processo educativo, formas variadas são consumidas de relatos diários para a realização do conhecimento.

No entanto, não são unicamente responsáveis pelas decorrentes mudanças sociais, pois características orientadas por indivíduos ou estruturas socioeconômicas dominantes contribuem para estes problemas impedindo a própria transformação e a da sociedade (SCHRAM e CARVALHO, 2007).

O processo educativo é o comportamento marcante no cotidiano das nossas vidas e é o mais habitual dos processos que orienta o nosso agir (ITURRA, 1994). Condição esta que influencia o ser humano que está em transformação, confeccionado pelas vivências e realidades diárias de forma inconscientemente. Como instrumento este sujeito social é uma representação dos modelos sociais fragmentados pelos exemplos de estrutura familiar da atualidade.

Josso (2007) constata a relevância das pesquisas efetuadas com as histórias de vida, evidenciando a exigência metodológica de pensar as facetas existenciais da identidade, por meio de uma abordagem multireferencial que integra os diferentes registros do pensar humano como, por exemplo, as crenças científicas e religiosas, esotéricas e outras, desta forma destacam as diferentes dimensões de nosso ser no mundo.

Existem poucos estudos na área educacional no âmbito da família e sua influência no processo de transformação do indivíduo

ISSN impresso: 1518-9341

ISSN on-line: 2237-5406

Vol. 1. Nº 4, out/dez, 2018



(GARCIA, 2007), e quando procuramos pesquisas relacionadas às comunidades pesqueiras verificamos com menor frequência ainda. Os processos educacionais voltados para a pesca artesanal com reflexos a qualidade de vida pessoal e de suas famílias recai com complexidade voltada ao tema educação, pois é considerada uma teia de relações que estabelecem a importância dos pescadores(as) em seu modo de vida de suas comunidades pesqueiras.

Esta pesquisa busca investigar os processos educacionais dos pescadores artesanais das Colônias de Pescadores do município de Pimenteiras do Oeste (Colônia Z-3) e de São Francisco do Guaporé (Colônia Z-10) localizados na Região do Vale do Guaporé, Rondônia, Brasil.

2 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL À COMUNIDADES PESQUEIRAS

Pacheco (2012) destaca que os programas de atendimento às comunidades pesqueiras deveriam possuir ações continuadas de políticas públicas integradoras voltadas aos interesses dos pescadores e pescadoras, como saídas à situação atual. Alguns ministérios segundo Lima e Callou (2015), a saber: Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Integração Nacional (MIN), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Previdência Social (MPS) e Ministério da Educação (MEC), uns até extintos, relacionavam ou relacionam suas políticas à pesca artesanal. Quanto ao MEC, pode-se destacar algumas políticas públicas para a promoção da inclusão social dos pescadores e pescadoras artesanais, tal como o Projeto Político, o Programa Pescando Letras, cujo objetivo era a



ampliação do direito de acesso à alfabetização, por meio do Programa Brasil Alfabetizado.

O Programa Brasil Alfabetizado buscava por meio da sua proposta pedagógica problematizar as condições de vida dos pescadores artesanais, com especial atenção para os saberes empíricos no processo geracional. Portanto, não se limitava apenas a alfabetização dos interessados, servindo como elemento agregador. Nessa perspectiva, a alfabetização é considerada apenas o começo de um processo mais amplo do aprendizado da leitura e da escrita, de continuidade da escolarização, de formação permanente ligada ao trabalho.

Outras políticas públicas associadas à qualificação profissional de pescadores e pescadoras, podem ser vistas por meio dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do programa de acesso ao ensino técnico, contribuindo para o aprimoramento profissional, o que garante a participação de atores sociais com pouca experiência no setor pesqueiro. O curso busca capacitar na área de redução de perdas na qualidade do pescado, aperfeiçoamento nas técnicas de manipulação, gestão de custo, beneficiamento do pescador, manejo de produção e noções em segurança da navegação (MPA, 2015).

Todavia, mesmo com todas estas políticas públicas de acesso à educação básica e profissional pode perceber por meio do trabalho de Alencar e Maia (2011) que no Brasil ainda existem 56.218 pescadores analfabetos, correspondendo a 8,1% do total de pescadores registrados. A pesquisa aponta que 75,5% possui apenas o ensino fundamental incompleto, somando-se aos 5,7% que possuem o ensino fundamental completo, o número atinge 563.284 pessoas. Apenas 69.763 possuem o ensino médio, os que não completaram esse nível de escolaridade são 30.459 (4,4%), enquanto que 39.214 (6,6%) apresentaram o ensino médio completo. Restando apenas 0,65% dos pescadores registrados que atingiram o ensino superior (incompleto ou completo).



E ao analisarem a distribuição dos pescadores por escolaridade com relação às cinco grandes regiões brasileiras é possível observar o mesmo padrão apresentado nacionalmente. A maioria dos registros estão concentrados na categoria “Ensino Fundamental Incompleto”, com valores variando entre 71,5% para a região sudeste e 82,8% para a Região Norte (ALENCAR e MAIA, 2011).

Desta maneira, verifica-se o gargalo atual da pesca artesanal no que tange o acesso às políticas públicas, pois a existência da mesma não é o suficiente para ser acessível, principalmente pela logística da distância destas comunidades dos polos de ensino, assim estes procuram desenvolver suas atividades e apreender com os ensinamentos passados de pais para filhos.

Tradicionalmente a educação se distingue em duas categorias, sendo a primeira a educação escolar e a e a segunda educação familiar; também conhecidas como educação formal e informal (GROPPO e GOUSSAIN, 2016). Portanto, deve-se levar em consideração a formação endógena e empírica do pescador artesanal, assim como valorizar e respeitar sua cultura e modo de interação com o meio ao seu redor.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A abordagem metodológica utilizada para a pesquisa determinou uma postura reflexiva, estabelecendo objetivos, metas e pleiteando intervenções de pesquisa através de ação de extensão. No decorrer do trabalho houve a aplicação de entrevistas semiestruturadas, sendo entrevistados 75% dos associados de cada Colônia na busca de pesquisar o processo de formação dos pescadores do município de São Francisco, Colônia Z-10 (Figura 1a), e do



município Pimenteiras, Colônia Z-3 (Figura 1b), ambas localizadas na região do Vale do Guaporé, Rondônia, Brasil.

Figura 1 - (a) Localização de São Francisco do Guaporé; (b) Localização de Pimenteiras.



Fonte: Wikipédia (adaptado pelos autores 2017).

As entrevistas foram associadas a perguntas diretas em forma de questionário, com objetivo de recolher informações, do grau de instrução dos pescadores; demandas de cursos de formação; acesso à educação; dentre outros temas que contribua para alcançar o objetivo da pesquisa.

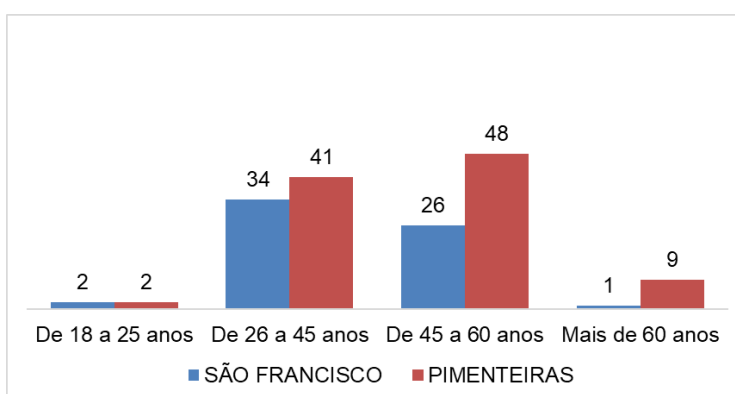
A Colônia de Pescadores Artesanais Z-10, de São Francisco do Guaporé, possui aproximadamente 90 associados. Quanto a Colônia de Pescadores Artesanais Z-3, de Pimenteiras do Oeste, fundada em 20 de maio de 1985, segundo dados obtidos com a diretoria da colônia, atualmente existem 83 associados ativos. Os pescadores cadastrados, nas Colônias, são das mais diversas pluralidades culturais, desde afrodescendentes, seringueiros, indígenas, ribeirinhos, bolivianos e outros, que vivem da atividade pesqueira e enriquece o Vale do Guaporé com seus costumes e saberes milenares.



4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi observado que tanto os pescadores da Colônia Z-10, localizada no município de São Francisco, quanto da Colônia Z-3 do município de Pimenteiras se encontram com idade elevada, respectivamente 34% entre 26 a 45 anos e 48% de 45 a 60 anos, ou seja, não está havendo um recrutamento na atividade pesqueira nas regiões em estudo (Figura 2). Cardoso (1997, p. 3), diz que “há uma nova realidade sendo vivida por muitas comunidades pesqueiras, quebrando uma antiga tradição de filhos que crescem e tornam-se exclusivamente pescadores como os pais”.

Figura 2 - Faixa etária dos pescadores entrevistados.



Fonte: Elaborado pelos autores.

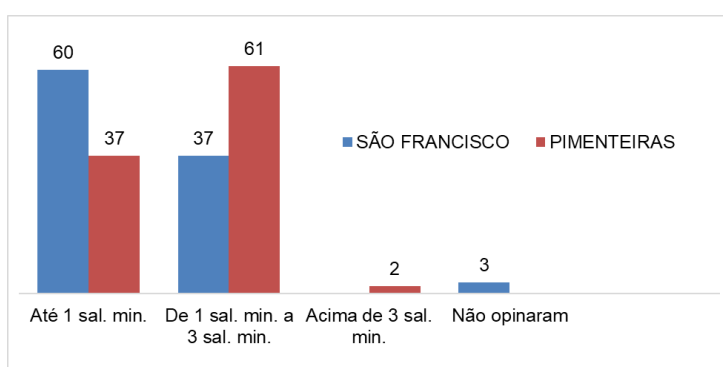
O desinteresse dos jovens pela atividade pesqueira é uma característica nacional e está associada principalmente à desvalorização da atividade, em contrapartida a uma crescente oferta de novos postos de trabalho, sobretudo por meio do turismo, que absorve grande contingente de jovens ainda sem qualificação profissional (PEDROSA, 2007).

Quanto a renda mensal dos pescadores artesanais destacamos que 60% dos entrevistados da Colônia Z-10 recebem até um salário mínimo; 61% dos pescadores da Colônia Z-3 relataram receber entre um e três



salários mínimos, todavia, este valor é devido há uma agregação na renda por parte de políticas públicas do Governo Federal, como Bolsa Família, benefícios da Previdência Social (INSS) e Seguro Defeso (Figura 3).

Figura 3 - Renda mensal dos pescadores.



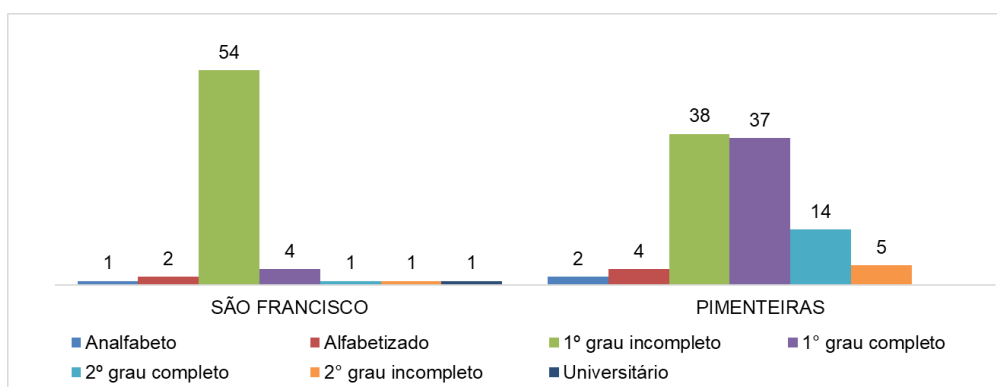
Fonte: Elaborado pelos autores.

Borges et al. (2016) destaca como um fator importante de auxílio às famílias o auxílio defeso, sendo observado que a maioria delas recebem, o que permite o sustento da família em épocas que é proibida a pescaria, ajudando principalmente como fonte exclusiva de renda, este benefício é pago ao pescador artesanal que fica proibido de exercer a atividade pesqueira durante o período de reprodução de algumas espécies.

A condição de vida e as possibilidades de emprego de uma pessoa sofrem influência direta em relação ao grau de escolaridade (GOMES et al., 2009). Percebeu-se que as duas Colônias (Z-10 e Z-3) possuem um grande número de pescadores com baixo nível de escolaridade, a maioria apenas com o 1º grau incompleto, sendo respectivamente para as colônias Z-10 e Z-3, 54% e 38% (Figura 4).



Figura 4 - Grau de instrução dos pescadores.



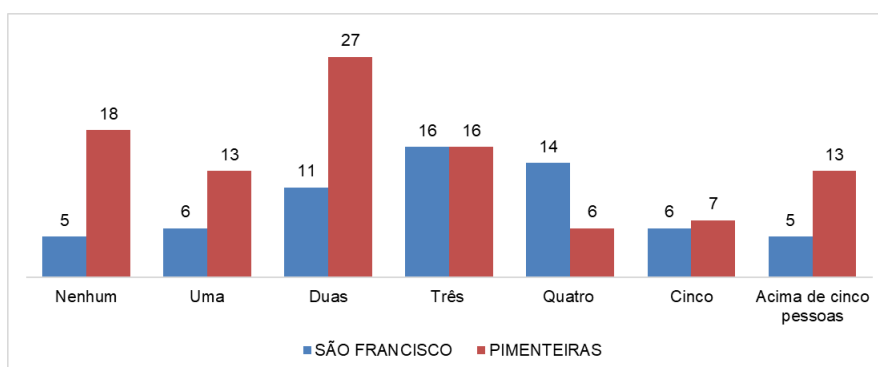
Fonte: Elaborado pelos autores.

O grande número de pescadores com baixo nível de escolaridade se dá, principalmente, devido à falta de estímulo, visto que os modelos educacionais seguidos pelas escolas, em sua maioria, não levam em consideração a sua cultura, seu tempo, seus saberes, sua vida (MORAES e LOPES, 2008). Outro fator relevante que faz que estes não permaneçam na escola no período escolar é em função do tempo, pois exercem a atividade pesqueira durante o dia e noite, e nos horários vagos concertam os apetrechos de pesca, ainda atuam nas atividades relacionadas a limpeza ao preparo e comercialização do pescado junto à família.

Em geral, a maioria dos entrevistados possuem dependentes em sua família, a Colônia de Pimenteiras apresentou maior número de dependentes em relação a de São Francisco, como demonstra a Figura 5, 13% das famílias possuem acima de cinco dependentes, todavia a quantidade varia entre duas e três pessoas por moradia, respectivamente 27% e 16%.



Figura 5 - Quantidade de dependentes por família.



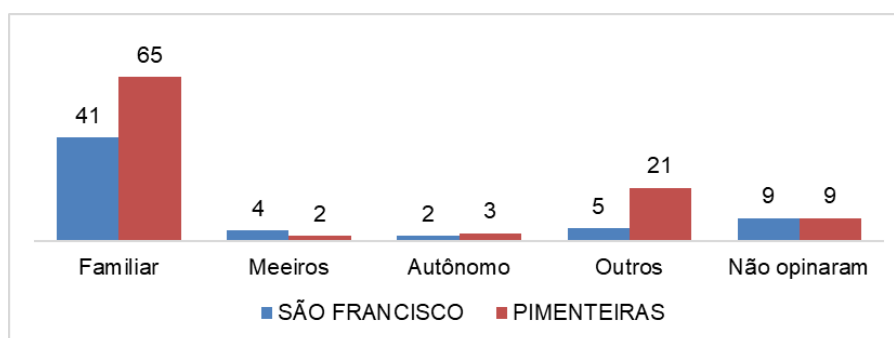
Fonte: Elaborado pelos autores.

Esta realidade pode ser notada também nos trabalhos de Branco et al., (2007) e Alves da Silva et al., (2009), de modo que este último trabalho mostrou que o número médio de dependentes dos pescadores entrevistados foi de 4 ± 2 , composto, na maioria das vezes, pela esposa e filhos, no entanto, em 42,9% das residências o número de pessoas foi um pouco maior, com média de 5 ± 2 pessoas por residência, todavia, também foi relatado até a nove dependentes, devido à ocorrência de mais de uma família compartilhando a moradia, isso provavelmente ocorrendo porque os filhos casados não tinham autonomia para viver em casas separadas.

Quanto à mão de obra ocupada nas embarcações para as pescarias 65% dos entrevistados de Pimenteiras e 41% de São Francisco é familiar. Esta situação pode ser explicada pela figura 5, onde mostrou o grande número de dependentes, sendo que estes se envolvem direta ou indiretamente na atividade (Figura 6).



Figura 6 – Mão de obra ocupada durante as pescarias pelos entrevistados.

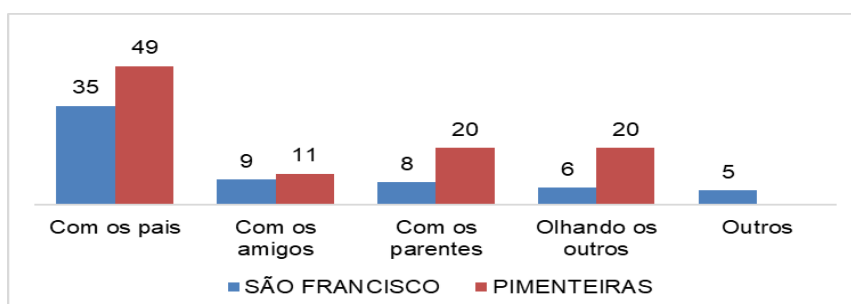


Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebe-se a importância das interações entre pais e filhos, ou mãe e filhas, para a transmissão e ensino da cultura pesqueira, bem como a definição de papéis entre homens e mulheres, em que todos os membros do contexto familiar participam ativamente da realização desta atividade (GARCIA, 2007).

Esta interação é afirmada na Figura 7, pois tanto os pescadores de São Francisco quanto de Pimenteiras, 35% e 49% respectivamente, mencionaram ter aprendido a pescar com seus pais.

Figura 7 - Conhecimento adquirido na atividade pelos pescadores.



Fonte: Elaborado pelos autores.

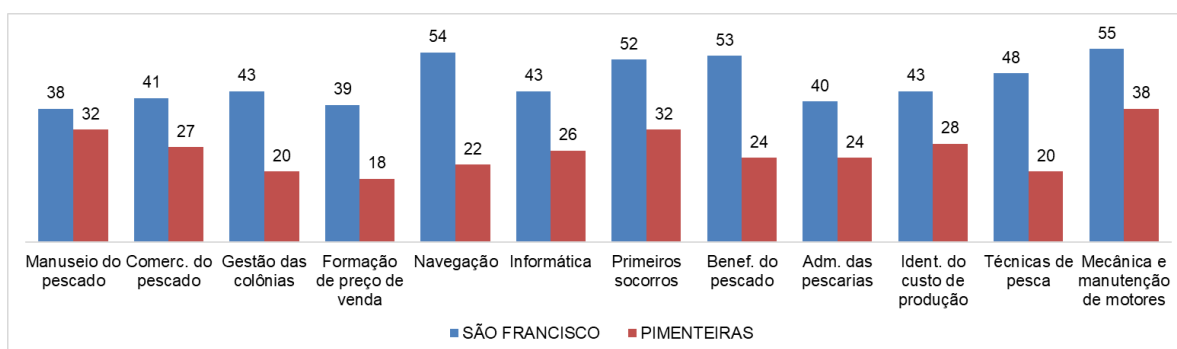
A família enquanto um importante contexto de desenvolvimento humano propicia interações significativas entre as pessoas e destas com os diversos contextos (RODRIGO e PALACIOS, 2014). “Essas relações



implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído” (REIGOTA, 1994, p. 14).

A pesquisa apontou que existe por parte dos pescadores uma grande demanda quanto ao processo de formação, como pode ser observado tanto nas falas dos mais antigos quanto dos mais novos jovens. Os principais cursos demandados foram: navegação, mecânica e manutenção de motores, primeiros socorros, beneficiamento de pescados, informática, entre outros (Figura 8).

Figura 8 - Demanda de formação levantada pelos pescadores.



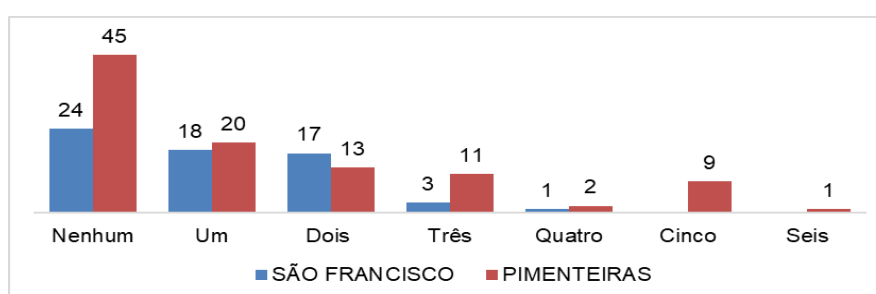
Fonte: Elaborado pelos autores.

As famílias de pescadores artesanais são grupos que possuem uma cultura específica. Em geral, estas populações possuem conhecimentos sobre a natureza e sua dinâmica que atravessam várias gerações (PAIOLA e TOMANIK, 2002). Portanto, verifica-se que há uma formação empírica por parte dos pescadores, pois o convívio rotineiro na atividade da pesca exige do pescador conhecimentos quanto ao local de pesca, interferência climática, fases lunáticas, astronômico voltado para a pesca, observação e manejo pesqueiro, *habitat* da espécie alvo, área de reprodução e desovas, melhores apetrechos para a captura de determinada espécie, entre outros.



A Figura 9 aponta que 45% dos filhos dos pescadores da Colônia Z-3 de Pimenteiras e 24% de São Francisco não estão estudando ou realizando algum tipo de formação profissional.

Figura 9 - Quantidade de filhos dos pescadores que estão estudando.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Lima e Callou, (2015) ao mapearem as políticas públicas para o setor pesqueiro constataram uma ampla demanda de incentivos para a produção, comercialização, assistência técnica, saúde, seguridade social, educação, meio ambiente, etc. Muitas destas políticas têm caráter inclusivo de promoção da qualidade de vida. O extinto Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA promovia ao setor pesqueiro ações voltadas a projetos de formação técnica profissional de pescadores e de inclusão digital, havia investimentos direcionados à qualificação de jovens pescadoras e pescadores, no âmbito da inclusão digital, ao programa de alfabetização de jovens e adultos e a cursos diversos de capacitação técnica, formando parcerias com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e o Ministério da Educação – MEC.

Fato corroborado por Freitas (2015, p. 102) que ao analisar o contexto da pesca artesanal no Vale do Guaporé identificou que:

Os pescadores sofrem com a ausência de políticas públicas de forma conclusiva. Apontam-se as demandas mais urgentes de serem levantadas, que são os principais fatores que acabam interferindo na gestão como um todo da entidade. Sugerem aos poderes públicos as seguintes ações: - Realização de cursos de alfabetização no período de defeso para que os pescadores e familiares



possam retirar a carteira de pilotos de barco; aprender informática; conhecer as leis ambientais; aprender a trabalhar com o beneficiamento do pescado, processamento do peixe desde o momento da captura até a comercialização agregando valor e transformando-os em farinha, ração, bolinho de peixe, entre outros [...].

No entanto, os pescadores destacaram a dificuldade de acesso a estas políticas públicas de educação, apontando que as comunidades por muitas vezes não têm conhecimento de como acessá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aponta diversos gargalos quanto ao acesso dos pescadores artesanais e seus familiares a formação educacional, além da dificuldade de acesso as políticas públicas, gerando, portanto, diversas demandas voltadas à capacitação dos pescadores com especial atenção aos jovens pescadores, pois possuem baixo grau de instrução.

Assim sendo, é necessária a realização de políticas públicas de formação continuada que contribuiria para o desenvolvimento sustentável da atividade, assim como das famílias, como, por exemplo, oficinas de aprendizado, programas de alfabetização, cursos técnicos, entre outros. Aumentando desta forma o nível de conhecimento técnico explícito dos trabalhadores, quebrando o ciclo de evasão de jovens e posteriores retornos dos mesmos às comunidades de origem, estruturando a cadeia gerada pela pesca de forma a padronizar os processos e obter melhores resultados e oportunidades para as famílias.

É necessário um estudo mais aprofundado sobre a implementação de escolas de capacitação e cursos técnicos vinculados às políticas públicas do governo (Federal, Estadual e Municipal), contribuindo para o aumento da renda dos pescadores e ascensão do grau de escolaridade dos entrevistados.



Buscando melhores horários para que estes possam acessar tais capacitações sem prejudicar a atividade pesqueira.

Para tanto, verifica-se ainda a necessidade dos membros diretores das Colônias firmarem parcerias com instituições ofertantes de cursos garantindo o acesso à formação dos associados e seus familiares a políticas públicas de educação, levando em consideração o contexto sociopolítico dessa população e o desafio de fortalecer a sua participação na construção de espaços democráticos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, C. A. G.; MAIA, L. P. **Perfil socioeconômico dos pescadores brasileiros**. Revista Arquivos de Ciências do Mar, Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 12-19, 2011.

ALMEIDA, A. W. B. **Terras de Quilombos, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras tradicionalmente ocupadas**. 2 ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ALVES DA SILVA, M. E. P. **Pescadores e pescarias de pequena escala em comunidades Locais: O caso do Reservatório Billings (Alto Tietê, SP)**. 2008. 100f. Dissertação (Mestrado em Aquicultura e Pesca) - Instituto de Pesca/APTA/SAA-SP, São Paulo.

AMADO, C. M. M. **História da pedagogia e da Educação: Guião para acompanhamento das aulas**. 2007. Disponível em: <<http://home.dpe.uevora.pt/~casimiro/HPE-%20Guião%20-%20tudo.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

BORGES, I. B.; LIMA, R. B; FREITAS, R. R. **Identificação e análise das vulnerabilidades socioeconômicas em comunidades pesqueiras localizadas em São Mateus, Espírito Santo, Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção, 6, 2016, Ponta Grossa. Anais... Paraná: Associação Paranaense de Engenharia de Produção; 2016. p. 11.



BRANCO, J. O. et al. **Aspectos sócio-econômicos da pesca artesanal do camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), na região de Penha, SC.** Editora da UNIVALI. Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology, v. 11, n. 2, p. 25-32, 2007.

CARDOSO, L. F. C. E. **Criança na pesca: brincadeira ou trabalho.** Seminário de Iniciação Científica, 5, 1997, Belém. Anais... Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1997.

FILHO, A. C. **O Processo de Construção dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil.** 2015. Disponível em: <https://www.kooperation-brasilien.org/de/themen/menschenrechte-gesellschaft/traditionelle-voelker-gemeinschaften/o-processo-de-construcao-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-no-brasil?set_language=pt-br>. Acesso em: 08 fev. 2018.

FREITAS, C. O. **Gestão Participativa da Colônia de Pescadores Sob Modelo PESTEL: de Pimenteiras D'Oeste/Rondônia.** 1. ed. Novas Edições Acadêmicas-NEA, 2015, v. 1, 156p.

GARCIA, N. M. **Educação nas famílias de pescadores artesanais: Transmissão geracional e processos de resiliência.** 2007. 86f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

GOMES, R. K. S. et. al. **Dinâmica Socioambiental em uma Comunidade Pesqueira Amazônica, PA-Brasil.** Revista de Gestão Costeira Integrada, v. 9, n. 2, p. 101-111, 2009.

GROPPO, L. A.; GOUSSAIN, E. **Dimensões educativas não formais e informais das práticas culturais juvenis na cidade.** Revista Inter-ação (UFG Impresso), Goiânia, v. 41, n. 2, p. 265-286, maio/ago. 2016.

ITURRA, R. **O processo educativo: Ensino ou aprendizagem.** 1994. Disponível em: <<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC1/Iturra.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

JOSSO, M. C. **A transformação de si a partir da narração de histórias de vida.** Revista Educação, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 413-438, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2741/2088>>. Acesso em: 03 jan. 2018.



LIMA, A. C. C.; CALLOU, A. B. F. **Políticas Públicas e Assistência Técnica Para Pesca Artesanal em Pernambuco.** Revista Contexto e Educação, v. 30, n. 95, p. 93-116, 2015.

MORAES, S. C.; LOPES, A. O. **Saberes tradicionais e o uso de plantas medicinais em comunidade agrícola na Amazônia.** In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, 2, Brasília, 2008. Anais... Brasília: EDUNB, 2008. p. 34-36.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Programa oferece 20 mil vagas para cursos de pesca e aquicultura.** 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/09/programa-oferece-20-mil-vagas-para-cursos-de-pesca-e-aquicultura>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

PACHECO, M. J. **Hidronegócio atinge a pesca artesanal: Movimento Nacional de Pescadores.** Revista Instituto Humanistas Unisinos, Porto Alegre, 16 ago. 2012. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos-IHU.

PEDROSA, R. A. **Pesca perfil socioeconômico e percepção ecológica dos pescadores artesanais de Porto de Galinhas – PE.** 2007. 87f. Dissertação (Mestrado em Oceanografia) - Curso de Pós-Graduação em Oceanografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

RODRIGO, M. J.; PALACIOS, J. **Familia y desarrollo humano.** Alianza Editoria. 2014. ISBN: 9788420685977.

WIKIPEDIA. 2017. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Francisco_do_Guapor%C3%A9. Acesso em: 22 Jan. 2018.